

OS PERSAS CHEGARAM: A VIOLÊNCIA PERMANECEU!

*Professor de Sagrada
Escritura

Daniel Godoy*

Resumo:

No contexto do retorno do exílio babilônico, o a. apresenta a situação dos escravos(as), em que as pessoas passavam a ser simples mercadoria. Ao mesmo tempo, apresenta uma série de conflitos entre os procedimentos, especialmente religiosos, dos que retornaram do exílio – sacerdotes — e as pessoas que continuaram vivendo na Palestina. As exigências legais — fatores que levam à impureza — e sociais tornam a vida especialmente tensa e sem esperanças. Joel, neste contexto, recupera a idéia do dia de Javé como um espaço de esperança. Esta literatura, segundo o autor, brota de sonhadores e visionários que de um lado têm a dura situação concreta e por outro, a esperança do derramamento do Espírito que faça de Sião um lugar de paz e de esperança.

Palavras-chave: Literatura pós-exílica; Joel.

Abstract:

In the realm of the time of the Post-babylonian Captivity, Godoy presents the day-by-day of the slave in all its range, where people were no more than commodities. At the same time, we get information about a lot of conflicts between the way people live — mainly the religious concern — and the Law of the Temple and his Priests. A great deal of laws try at that time order all the space and time bringing about two categories of people: the pure and the impure ones. In this situation we find, following Godoy argumentation, the Joel book, where some, not from the Temple and the Persian net-power, brings back the idea of the Jahweh Day, looking for some hope through the

spill of the Spirit, which give a chance to Sion to be really a place of peace and hope.

Key-words: Post-Babylonian Captivity Literature; Joel.

INTRODUÇÃO

Estamos nos tempos do pós-exílio. A elite, o povo da terra, levada em cativo para a Babilônia, voltou. No seu retorno trouxe um pouco de tudo: os utensílios do templo roubados pelo babilônio Nabucodonosor, prata, ouro, bens, animais, coisas preciosas, outras doações, outros bens e, sobretudo, trouxe o apoio dos novos governadores, os persas (cf. Ne 1,1-11). Uma parte dos exilados ficou na Babilônia. Não voltou para Jerusalém. Os pobres da terra que estavam em Jerusalém estiveram livres do templo e de sua estrutura por quase cinquenta anos, e realizaram novas conquistas e construíram novas relações. A experiência de viver sem templo, sem algozes religiosos, sem ritos, cultivando a terra, em paz com os povos vizinhos lhes trouxe outra perspectiva de vida, e experimentaram uma busca pelo verdadeiro valor e significado da terra.

A crise vivida pelo povo judeu no exílio babilônico e nos tempos da dominação persa teve proporções jamais imaginadas na terra da Palestina: os exilados, elite social judaica, viveram, embora com liberdade, em condições de escravidão na Babilônia. De livres a escravos, de amos e senhores a servos. Esta experiência foi dura, e mais ainda quando, ao retornarem a Judá, não conseguiram se situar ou se inserir no novo momento político. Voltar e não ter templo, voltar e não ser mais reino, voltar e não ter mais um lar era uma situação muito difícil de aceitar. A experiência do exílio foi um momento duro para os exilados, com todas as particularidades que possam ser mencionadas, e trouxe grandes desafios teológicos para a nova etapa, após o retorno.

O reencontro dos grupos, produto da chegada dos persas ao poder, foi violento e quebrou a possibilidade de viver em paz. É uma época de brigas, tributos, violência, exclusões e até perseguições. Podemos dizer que é uma época na qual o absolutismo da ideologia imperial persa, a elaboração de novas leis e a tentativa de impor esquemas antigos constituem o pão de cada dia.

Este trabalho reflete sobre a situação dos escravos e das escravas no contexto do pós-exílio, que inclui principalmente a chegada do império persa e outras referências históricas.¹ Eventualmente apoiaremos nossa reflexão em Joel 3,1-5, e teremos como referência teológica dois conceitos dialeticamente opostos: violência e paz.

¹ Para uma leitura desse tema no Novo Testamento veja meu artigo: *Crucifixión en el Imperio Romano. Un castigo de la pax romana: Jesús un caso paradigmático*. Em *ESPAÇOS*, 8 (2000), pp. 129-142.

ESPECIALMENTE SOBRE OS ESCRAVOS E SOBRE AS ESCRAVAS...

A literatura pós-exílica inclui este binômio como destinatários especiais do derramamento do Espírito. São privilegiados pneumaticamente, e explorados socialmente. Escravo/a é conceito político, denota relação de submissão e dependência. Escravo/a é sinônimo de trabalho forçado, propriedade e obediência.²

² Cf. J. J. von ALLMEN, *Vocabulário Bíblico*. São Paulo, ASTE, 1972, p. 550.

A figura do escravo é conhecida em Israel. O livro de Nêemias (cf. 7,67) fala que este grupo atingia um sexto da população. A maior parte dos escravos era proveniente dos povos vizinhos, tendo sido comprados ou feitos prisioneiros de guerra (Dt 21,10); também podiam ser comprados no mercado (Gn 17,12), ou ainda nascer de pais escravos (Gn 17,12). Às vezes hebreus eram vendidos como escravos ou se faziam escravos como forma de pagar as dívidas (Ex 21,1-11; 22,2 e 2Rs 4,1). Pessoas insolventes podiam ser forçadas a se venderem como escravos ou vender seus filhos/as para pagar suas dívidas (Lv 25,39).

Existe a idéia de que a escravidão, como fenômeno social em Israel, não chegou a atingir cifras altas, mas de fato houve escravos e escravas.³ Ao que parece, a situação do escravo judeu era diferente do não-judeu: enquanto o judeu era protegido por leis especiais ou pelo próprio povo, o escravo não-judeu não tinha o mesmo tratamento. Havia a idéia de que um hebreu escravizado por dívidas ficasse no máximo seis anos nessa condição e depois fosse libertado.

³ Cf. J. J. von ALLMEN, *Vocabulário Bíblico*, op. cit., p. 282.

Para Roland de Vaux, o tema da escravidão é uma discussão que não acabou, especialmente da parte dos sábios judeus, que têm negado a existência de uma verdadeira escravidão em Israel. Para este autor não há dúvidas de que houve escravos em Israel, e isto é uma situação real:

*Ahora bien, si esclavo, designa un hombre que está privado de libertad, por lo menos durante algún tiempo, que se compra y se vende, que es propiedad de un dueño que lo emplea a su arbitrio, ciertamente hubo esclavos en Israel y hubo israelitas que fueron esclavos. El hecho se demuestra por los textos que los contraponen a los hombres libre, a los asalariados y a los extranjeros residentes, o que hablan de su compra por dinero, como también por las leyes que reglamentan su emancipación.*⁴

⁴ R. de Vaux traz à tona a definição de Varrón, que define o escravo como uma *especie de instrumento que habla*. Cf. R. de VAUX, *Instituciones del Antiguo Testamento*. Madrid, Herder, 1964, p. 124.

A profecia pós-exílica, por sua vez, denuncia: *Lançaram sorte sobre o meu povo, trocaram jovens por prostitutas, venderam donzelas por vinho e beberam* (Jl 4,3). Já na época grega, segundo o livro dos Macabeus, comerciantes de escravos chegavam junto das tropas de Antíoco Epifanes para comprar os

prisioneiros judeus que eram feitos escravos. A compra e venda de escravos era comum, e as transações aconteciam em qualquer lugar onde os prisioneiros de guerra, ou escravos por outros motivos, fossem vendidos. Dois textos da época, por exemplo, ressaltam a prática da venda de escravos judeus no império grego:

Os comerciantes do país, ao tomarem conhecimento da sua vinda trazendo consigo prata e ouro em grande quantidade, além de se munirem de grilhões, vieram ao acampamento para comprar os filhos de Israel como escravos. Aos assírios juntaram-se ainda uns contingentes da Iduméia e da região dos filisteus (1Mc 3,41).

Nicanor tinha-se proposto, por seu turno, com a venda dos judeus a serem aprisionados, levantar a quantia de dois mil talentos, que era o tributo devido pelo rei aos romanos. Sem demora, por isso, mandou mensageiros às cidades do litoral, convidando-as a virem comprar escravos judeus, chegando a prometer noventa cabeças por um talento. É que ele não contava com o castigo que deveria alcançá-lo da parte do Todo-poderoso (2Mc 8,10-11).

Estes textos apontam para judeus escravizados pela política das nações dominantes. Assim como os judeus foram escravizados, também eles escravizavam pessoas, como apresenta Dt 21,10-14, texto que relata a situação de uma escrava feita esposa. O que queremos apontar é que, desde épocas anteriores ao exílio babilônico, Israel praticou a escravidão, e não poucas vezes apoiou-se em suas próprias leis para justificar iniciativas escravagistas, como refletem os textos de Nm 31,26-47, Dt 20,10-18 e outros que desenvolvem a mesma temática. Havia leis judaicas que permitiam a compra de servidores de ambos os sexos, procedentes de povos estrangeiros ou estrangeiros nascidos em Israel (Lv 25,44-45; Ex 12,44; Lv 22,11 e Ec 2,7).

No conjunto de Israel, a utilização de escravos é aceita assim como em várias áreas da vida pública. Por exemplo, Davi usou escravos estrangeiros para trabalhos forçados (2 Sm 12,29) e Salomão recrutou descendentes dos cananeus em lugar de israelitas legítimos (1 Rs 9,15). No templo também houve escravos que cumpriam algumas funções de menor importância. A economia no Oriente Próximo não se baseava na escravidão ou no trabalho forçado, ao contrário das sociedades grega e romana.

Essa situação de escravidão como prática comum possibilitou iniciativas que procuravam pôr um ponto final ou, pelo menos, trazer alternativas que minimizassem a situação social dos escravos. O livro do Levítico (25,46), com a proposta do ano do jubileu, traz à tona uma realidade concreta envolvendo judeus. Por causa destes afirma: *Os tereis como escravos, mas sobre*

vossos irmãos, os filhos de Israel, ninguém exercerá poder arbitrário. Menciona-se também uma outra forma de escravidão, que é o caso de israelitas que se vendem a outro israelita. Neste caso, exige-se um trato de assalariado e não de escravo. Se o israelita se vende para um estrangeiro, pode ser resgatado por seus parentes ou ele mesmo pode se resgatar. De qualquer forma, os escravos, de amo ou não israelita, segundo o Levítico, devem ser libertos no ano do jubileu (Lv 25,40.54). O texto não questiona nem condena a escravidão como fato político-social; o que condena é que esta situação se alastre por toda a vida.

Não sabemos se o alcance e a aplicação desta lei foram praticados ou não. Mas, de fato, nos tempos de Neemias, há judeus se queixando de entregar seus filhos e filhas como escravos. Por isso, Neemias chama o povo a perdoar as dívidas e deixar livres as pessoas feitas reféns (Ne 5,1-13). O tratamento que o escravo recebia variava de amo para amo. Alguns gozavam da confiança do amo (Gn 24), outros eram tratados duramente. Matar um escravo na tradição judaica era crime (Ex 21,20). Na ausência de filhos, podia-se adotar um escravo e torná-lo herdeiro (Gn 15,3). Era comum que escravos fugissem da casa e que voltassem somente via administrativa.

A sorte dos escravos melhorou bastante após a legislação do pós-exílio, quando se tentou abolir a escravidão.⁵ Inicialmente o homem devia ser liberto após seis anos de serviço, medida que também foi estendida às mulheres (Dt 15,12). Não tendo dado certo, foi instaurado o ano sabático, que era para acontecer aos 49 anos (Lv 25,8); neste ano, quando todos os escravos judeus recuperavam sua liberdade, independentemente da razão ou do motivo que os levou à escravidão. Isto, fora da legislação implementada nos tempos pós-exílicos, não significou que a lei fosse cumprida. Devemos ressaltar que, se a lei do jubileu tivesse sido cumprida, não haveria necessidade de Joel incluir os escravos e as escravas como destinatários preferenciais da ação do Espírito (cf. Jl 3,1-5).

No caso das escravas, a situação tinha suas próprias regras. Uma escrava podia ser chamada de escrava principal, na medida em que podia se tornar mãe substituta dos filhos do dono (Gn 1). Era previsto que uma escrava podia se casar com o dono ou com o filho dele, ou ainda se tornar concubina, passando a usufruir o sustento e o direito da casa. Sobre a situação da mulher escrava, de Vaux⁶ afirma que a função principal da escrava era estar a serviço pessoal da dona da casa,⁷ onde podia cumprir a função de babá. Também era comum que os amos tomassem as mulheres como concubinas, o que dava a elas um *status* superior em relação às outras escravas. Casos concretos, na tradição bíblica, são a experiência de Abraão e

⁵ Cf. J. J. von ALLMEN, *Vocabulário Bíblico*, op. cit., pp.167-168.

⁶ Cf. R. de VAUX., *Instituciones del Antiguo Testamento*, op. cit., p. 132.

⁷ Alguns dos textos bíblicos que destacam esta função são: Gn 16,1; 30,3,9; 1Sm 25,42; Jt 10,5; Gn 25,59; 2Sm 4,4 e 2Rs 11,2.

Jacó. Mesmo que se tornassem concubinas, continuavam escravas. Em certas ocasiões, pais judeus pobres ou empobrecidos vendem suas filhas como escravas para o dono ou ainda ao filho deste. Escravos e escravas são posse, são mercado, são investimento econômico.

Finalmente, não há forma de indicar quantidade ou percentual de escravos na sociedade pós-exílica. Esdras (2,64) e Neemias (7,66), por ocasião do censo, falam em 7.337 escravos, tanto homens quanto mulheres. Também é difícil indicar o preço do escravo no mercado. Segundo Ex 21,32, o valor de um escravo era de 30 ciclos de prata.

IMPÉRIO PERSA – SINAL DE VIOLÊNCIA, ESPADA E TRIBUTOS!

O período da dominação persa (538–333 a.C.) trouxe diferenças quanto à forma de uso do poder e das práticas de dominação dos impérios anteriores.

Na chegada dos persas habitavam na Judéia diversos grupos, com suas próprias características e particularidades. Habitavam aqueles que não tinham sido deportados pelos babilônios, principalmente os agricultores (2Rs 25,12), pessoas pobres. Este grupo recebeu, da parte dos babilônios, terras e vinhas para trabalhar. O motivo seria porque este grupo colaborou com o império babilônico e, por isso, foi recompensado. Esta perspectiva também é levantada pelo profeta Jeremias quando afirma que *os mais pobres do povo, os que não possuíam nada, Nabuzardã os deixou na terra de Judá e deu-lhes vinhas e terras para cultivar* (Jr 39,10). Moravam também na região estrangeiros que, durante o tempo do exílio, se aventuraram pela região, assim como samaritanos e outros vários grupos.

O grupo que voltou da Babilônia era o da elite que tinha sido levada cativa. Destacavam-se os seguidores de Sasabassar e de Zorobabel. No grupo dos retornados, havia também sacerdotes (Esd 2). Segundo Silva e Vasconcellos, estes grupos formam uma nova classe forte e dominante a partir de Jerusalém.⁸ Esses, apesar das promessas e da ajuda do Império Persa, viram frustrados seus sonhos quando não conseguiram a reconstrução do templo e a reinstauração das práticas rituais.

Os persas viram na religião dos povos submetidos uma oportunidade para mostrar um novo estilo administrativo. O império não tinha religião própria e respeitou as religiões dos povos dominados, como, por exemplo, no caso dos judeus e dos próprios babilônios. Assim, em Ur, reconstituiu o culto a *Sin*, deusa da lua, e a *Marduc*, deus da Babilônia.⁹ Esta atitude tem a ver com uma pseudo-liberdade, pois as províncias persas

⁸ Cf. P. L. VASCONCELLOS – SILVA, V. da, *Caminhos da Bíblia: Uma história do povo de Deus*. São Paulo, Paulinas, 2003, p. 182.

⁹ Esta prática deve ser entendida como uma política de tolerância e de estímulo às culturas e à religião local. Segundo Tünnermann, a Pérsia foi o primeiro império mundial na história a proclamar um tratamento completamente tolerante e benevolente em relação às tradições culturais de dúzias de povos e tribos. Acrescenta ainda, *diferentemente da Assíria e da Babilônia, que deportavam e, em certa medida, impunham sua religião e seus costumes*.

¹⁰ Cf. R. TÜNERMANN, *As reformas de Neemias*. São Leopoldo, Sinodal, 2000, p. 51.

não tinham autonomia econômica, nem política.¹⁰ O império persa pode ser identificado como um império multirreligioso, baseado na tolerância religiosa e na cobrança de tributos.

Os persas construíram estradas que facilitaram o comércio e o intercâmbio de mercadorias, além de favorecer uma rápida comunicação entre todo o império; aprimoraram o sistema financeiro, baseado na cobrança de tributos de diversos tipos, através da produção de moedas, facilitando a organização e o planejamento da economia e a organização do modelo administrativo através das províncias chamadas *satrapias*. Este será o mecanismo administrativo que o império utilizará para a cobrança de impostos. A cidade de Judá ficou na 5ª satrapia, anexada à província da Samaria, pois Judá não tinha uma estrutura política local própria.

A estratégia de Ciro, depois do despotismo assírio e babilônico, surtiu efeito imediato naqueles que haviam retornado do exílio. Aquele rei — messias — é amigo, sobretudo porque favoreceu os povos dominados pela Babilônia ao condenar os feitos da nação que os havia submetido.¹¹ Provavelmente Ciro conseguiu reconstruir, no imaginário dos que voltaram da Babilônia, um relativo grau de nacionalismo e, sobretudo, um forte sentimento religioso, o que, sem dúvida, deu-lhe respaldo e popularidade entre os beneficiados. Esta política evitou, num primeiro momento, que se organizassem movimentos de emancipação, revolta ou insurreições no território.

Ainda assim, com todas essas facilidades e liberdades, os pobres da terra estavam largados e corriam sozinhos na busca de soluções para os seus problemas. Impostos, fome, trabalho forçado, venda de jovens como escravos, endividamento e penhor das terras eram enfrentados com as próprias forças, sem mobilização do governo para superar a crise que batia à porta a cada dia. O império persa se sustentava através da cobrança dos impostos, condenando os mais pobres a uma vida sem perspectivas, sem esperança e sem futuro.

TEMPLO: OPRESSÃO E SEPARAÇÃO

Questões de ordem religiosa acrescentavam ao povo outras exigências, baseadas na interpretação da Lei conforme o entendimento trazido por Esdras.¹² A proposta deste escriba dava aos sacerdotes uma função central, o que, de fato, não correspondia mais à expectativa nem à prática das pessoas que ficaram em Judá durante o tempo do exílio. Ao se organizar novamente a vida religiosa em torno da estrutura do templo, logo começaram os conflitos, principalmente em relação à questão dos matrimônios mistos e das exigências da lei de

¹² Sobre este tema, veja-se J. P. VASCONCELLOS – SILVA, V. da, *Os caminhos da Bíblia*, op. cit., pp. 171-175.

pureza. Trata-se de um conflito ético-étnico e político. Criou-se uma situação inédita para os habitantes de Judá. Famílias constituídas durante o tempo do exílio — pais, filhos, filhas, mulheres —, com esta nova interpretação da lei, foram divididas, separadas, rejeitas. Caso concreto dos efeitos desta mudança e da imposição desta nova mentalidade é a proibição de os samaritanos entrarem no templo após a reconstrução. Isto gerou a criação de um outro santuário na cidade de Garizim, onde os samaritanos adoravam ao Deus Javé. Esta experiência deixou muitos setores contrariados, sobretudo o setor feminino, que produz, então, uma valiosa literatura que percebe a história e as alternativas de vida com uma clareza que os líderes religiosos não conseguiram enxergar.¹³ Especial destaque para o livro de Rute, que questiona o tratamento dado à mulher nessa época da história, contesta inclusive a lei do Deuteronômio e confirma o profeta Malaquias, que também se opõe à separação conjugal dos judeus casados com estrangeiras, conforme exigia Esdras (cf. Dt 23,4-7 e Ml 2,14-16).¹⁴

Ir além de Esdras e Neemias na sua leitura favorável ao império persa é um imperativo teológico na medida em que os povos foram dominados e sofreram grande violência. Esta violência veio com mais força com os herdeiros ou descendentes de Ciro, como Cambises (529-522 a.C.), definido simplesmente como um imperador déspota, ou o próprio Dario I, que exerceu uma violência que derramou muito sangue no ano de 522 a.C., contra povos que se rebelavam. Violência também sofreu a Babilônia, onde o rei e a corte foram decapitados, a cidade saqueada, os sepulcros profanados e os muros da cidade arrasados por causa da excessiva cobrança de impostos. Tünnermann chama a atenção de forma especial para a atuação de Dario I nos anos 499-493 a.C., quando se deu uma revolta na Jônia, que foi reprimida violentamente: os homens foram mortos, as mulheres e as crianças acorrentadas para Susã,¹⁵ os meninos e as moças foram levados para a corte. Os persas, como os outros impérios, também usaram a prática do exílio, como fizeram com os habitantes de Erétria no ano de 490 a.C., quando a cidade e a população foram levadas para Susã e os templos destruídos.

O modelo persa faliu estrangulado pelas altas taxas de impostos. Os povos dominados não tinham como sustentar a corte, as guarnições do exército, as satrapias e o pagamento dos impostos.

A VIOLÊNCIA INTRA-MUROS

O retorno acabou dando espaço a uma longa e dura luta interna. Os grupos em discórdia, após o retorno do exílio babilô-

¹³ Nesse período livros da Sabedoria, Provérbios, Cântico dos Cânticos, o livro de Levítico, Rute, Jonas e Jó são produzidos e trazem leituras diferenciadas em relação aos pensamentos e ensinamentos do setor vinculado ao Templo e à re-interpretação da Lei.

¹⁴ Confirma proposta de leitura do SERVIÇO de Animação Bíblica, *A comunidade renasce ao redor da palavra: Período Persa*. São Paulo, Paulinas, 2002, v. 9, p. 52.

¹⁵ Cf. R. TÜNNERMANN, *As reformas de Neemias*, op. cit., p. 16.

lônico, dividiram-se entre os puros e os impuros. Os sacerdotes criaram regras de pureza legal com o propósito de ter princípios reguladores para cada momento da vida das pessoas e da comunidade pós-exílica. O alcance desta lei atingiu, no início, quatro aspectos da vida social. O primeiro aspecto tinha a ver com os alimentos. Aqueles que podiam e os que não podiam ser consumidos. Há uma longa lista que indica quase todos os alimentos.¹⁶ O segundo aspecto tinha a ver com as doenças, principalmente com a lepra, mas também envolvia outras várias doenças de pele. O portador de alguma doença era impuro, portanto devia viver isolado do resto da comunidade.¹⁷ O terceiro aspecto regulava o contato ou a relação com os mortos. Quem tocava um morto/cadáver ficava impuro por um tempo de sete dias.¹⁸ O quarto aspecto tinha a ver com a sexualidade. Atingia principalmente a mulher, que passou a ter uma longa lista de obrigações e deveres a serem cumpridos. A tentativa sacerdotal de regular a vida cotidiana afetou de modo especial a mulher. Nessa nova fase, a mulher torna-se um ser impuro. Esta impureza tinha fases, etapas e momentos específicos.¹⁹ Esta lei ampliou ainda mais a exclusão da mulher, pois ela já vivia numa situação de opressão e exclusão social. Essa situação também afetará diretamente os pobres, que não tinham condições de observar as leis nos detalhes. Estes setores, mulheres e pobres, são econômica e socialmente explorados, marginalizados e declarados impuros. Fazem parte também deste grupo os leprosos e os paráliticos. A exclusão os impedia de tomar parte nas celebrações religiosas, políticas e sociais.

As implicações desta lei, que atinge de forma especial os pobres e as mulheres, manifestam-se em vários níveis da vida cotidiana. Em relação à mulher, no tempo de sua menstruação, quando sua impureza durava sete dias: tudo o que ela tocava também ficava impuro pelo resto do dia. Se a mulher deitava ou sentava, esses lugares ficavam impuros (Lv 15,19-20). Uma outra dimensão desta lei é que os ministros do templo, pela compreensão do puro e impuro, dividiam o povo em dois grupos, os justos e os injustos. Esta qualificação não estava atrelada à questão religiosa, e sim à questão social. Esta visão vem do Gênesis, que considerava o homem rico como especialmente abençoado por Deus (Gn 13,2), ao contrário da leitura feita em relação aos impuros. Esta mentalidade de separação social e religiosa tem a ver com a função do templo no meio do povo.

A impureza indica exclusão da comunidade. A situação do escravo, da mulher e do pobre é uma boa apresentação das diversas situações que estes setores deviam enfrentar perante as iniciativas tomadas pelos sacerdotes do templo, que não é outra coisa senão explorar o povo como colaboradores dos persas.

¹⁶ Verificar Lv 11,2.4.9.14; Dt 14,7.11.

¹⁷ Lv 13,1-14,57; 13,45.

¹⁸ Nm 19,12; Nm 19,14.16; Nm 9,10.

¹⁹ Cf. J. McKENZIE, *Dicionário Bíblico*. São Paulo, Paulinas, 1984, p. 753.

O templo se transformou numa instituição colaboradora dos persas. Ou seja, era o braço religioso do sistema imperial persa, através do qual os líderes religiosos locais facilitavam a tarefa do império.²⁰

UM SINAL DE ESPERANÇA

Em tempos de violência, como é o tempo do pós-exílio, a memória revive e é como parte dessa memória histórica que será relido o dia de Javé numa nova perspectiva e como chave teológica de salvação para os justos e castigo para os injustos. O dia de Javé remonta a Amós 5,18-20. Neste caso, os leitores de Amós já conhecem a tradição do dia de Javé: dia de alegria e de luz para os justos e dia de escuridão para as nações inimigas. Amós enfatiza que o julgamento começa em casa: *Ai daqueles que desejam o dia de Javé! Para que, pois, vos servirá o dia de Javé? Ele será de trevas e não de luz! Como alguém que foge de um leão, e um urso cai sobre ele! Ou entra em casa, coloca a mão na parede, e a serpente o morde! No dia de Javé trevas e não luz? Sim, ele é escuridão, sem claridade.* Esta perspectiva é comum a Sofonias, que também havia descrito este dia como dia de escuridão inevitável e de sofrimento intolerável. Nos tempos antigos, o dia de Javé se relacionava com os empreendimentos da guerra santa, como em Juízes 5. Neste contexto e nos seguintes, até o profeta Amós, haverá uma expectativa de intervenção contra os inimigos externos que ameaçam o povo. Esta dimensão do dia de Javé era um momento importante para os judeus, pois nesse dia Javé responderia a Israel e o libertaria dos inimigos externos, trazendo a paz para o seu povo.

Segundo Haroldo Reimer: *O dia de Javé é uma esperança-tradição que acompanha o povo de Deus na sua caminhada histórica. Está presente no antigo Israel dos tempos bíblicos, desde as mais remotas origens nas 'guerras santas' pela conquista e manutenção da Terra Prometida, passando por modificações durante os tempos áureos da monarquia israelita, indo até os tempos de profunda expectativa apocalíptica na época do pós-exílio, chegando até Jesus, quando a terra conquistada está em mãos de outros donos. De forma ampliada, esta tradição de espera pela intervenção de Deus na história acompanha também o povo nas comunidades cristãs, na expectativa de salvação presente diante das bestas-feras e na esperança ampla por 'novos céus e nova terra' nos quais habita a justiça.*²¹

Este é o marco histórico-teológico que percorre o dia de Javé, representando a expectativa da intervenção do Senhor no desenrolar da história da humanidade. É um momento que

²⁰ Cf. C. DREHER, A economia no livro de Joel. Em *REVISTA DE INTERPRETACIÓN BIBLICA LATINOAMERICANA*, 10 (1991) p. 70 (294).

²¹ Cf. H. REIMER, O dia de Javé. Em *ESTUDOS BÍBLICOS*, 65 (2000), p. 26.

pode vir a mudar a história e a sorte das pessoas, mudar da violência para paz.

O Dia de Javé, na literatura pós-exílica, é dia da intervenção em favor do povo. É dia de esperança, de luz e de alegria. Deus resgatou o povo quando era oprimido, e não quando ele se tornou opressor. O que foi um dia de alegria pode ser um dia de dor, de trevas, de morte. Agora os inimigos do povo fazem parte do povo mesmo, não são mais estrangeiros e sim israelitas. Poderíamos dizer que é uma profecia intra-muros, isto é, direcionada para os judeus. Não é claro se são os judeus da *golá* ou os que ficaram na terra após o exílio. Mas, de fato, o texto está falando ao povo que agora está em Jerusalém, o que significa falar aos da *golá* e aos do *am há haretz*.

SE HÁ ESCRAVIZADO, NÃO HÁ PAZ!: JI 3,1-5

Do ponto de vista social, o texto reflete uma situação adversa para um amplo setor da população.

O texto oferece um grupo liderado pelos filhos e filhas, a seguir vêm os anciãos e, por fim, os escravos e as escravas. No nível social, o texto não menciona nenhuma pessoa que possa desempenhar uma função diferente do serviço, do trabalho braçal ou ainda como produtor de matéria-prima.

De uma política favorável ao retorno dos exilados, passou-se, gradativamente, a uma situação de opressão interna onde vários elementos foram dando corpo à nova política de opressão persa. No nível político, a situação ficou garantida com a organização do império todo. Satrapias é o conceito técnico para manter submetidos os povos libertados-conquistados. A satrapia garantia o controle político em cada canto do império.

Um outro aspecto que devemos acrescentar é a importância do mercado, expressão de um comércio florescente e dinâmico, ajudado pela cunhagem de moedas e uma língua internacional, que garantia um bom nível de estrutura e estabilidade a todo o império.

Uma sociedade estruturada sobre o princípio piramidal, necessariamente, reproduz em todos os níveis uma situação semelhante. No texto de JI 3,1-5, aparece uma certa estrutura social. Inicia-se com os setores mais importantes, enquanto força de trabalho, exército (filhos) e palácio (filhas). Quebra a estrutura a presença dos anciãos, os quais, na tradição judaica, tinham uma função social importante que não está presente na política imperial persa. Os anciãos nesta sociedade sobram, pois são um problema de alto custo para o império. Os jovens, os escravos e as escravas — tripé social — estão inseridos como o setor que presta serviços no âmbito do trabalho forçado. Es-

tes jovens não são os filhos, que podem indicar os primogênitos; são os jovens que realizam o trabalho duro e que se juntam aos escravos nessa função. Escravos e escravas são um setor percentualmente grande e significativo na estrutura social persa. Aliás, foi nestes tempos que muitos judeus foram atingidos pela política escravagista persa.

Esta estruturação da sociedade esteve permanentemente exposta a contínuas revoltas e tentativas de tomada do poder. Uma situação de instabilidade social necessariamente traz brigas e lutas pelo poder.

Essa estrutura social, na cidade de Jerusalém, segundo Dreher,²² era sustentada pelas figuras dos anciãos e dos sacerdotes.²³ Não há uma menção explícita ao rei, ou ainda à corte. Nesta situação, a atuação dos anciãos, ao contrário dos tempos da monarquia israelita, é mais dinâmica, enquanto representantes da comunidade de Jerusalém. Esta perspectiva é contrastante com a condição em que eles aparecem no texto de Joel 3,1-5, como depositários/beneficiários do derramamento do Espírito juntamente com os outros grupos e na ausência dos sacerdotes. Isto pode indicar que há uma valorização diferente destes dois grupos. Significa dizer que os sacerdotes tinham maior importância na sociedade judaica pós-exílica do que os anciãos, portanto são grupos opositores.

Do ponto de vista econômico, Joel fala explicitamente em grupos sociais. De fato, isto mostra, em parte, a pirâmide social persa. Para Andiñach, estes setores são descritos como *aqueles setores desvalorizados ou tidos em pouca estima, em termos litúrgicos, religiosos e — para o caso dos servos e servas — sociais*.²⁴ A situação deste setor é claramente precária e de dependência econômica absoluta. Aliás, nos tempos persas e gregos, a escravidão cresceu e se massificou por todo o território dominado. Além disto, há um outro aspecto que deve ser levado em consideração na questão econômica. A invasão dos gafanhotos (2,1-17) provoca uma crise econômica no interior do império. Interessante é ver, como o faz Dreher, que há uma relação entre o desastre econômico causado pelos gafanhotos e a desolação escatológica que afetará a cidade de Jerusalém, sendo assim cumprimento do que fora anunciado por outros profetas.

PELA PAZ DURADOURA, SOBRE A BASE DA IGUALDADE

O escravo é o último da escada social, como o pobre é hoje. Abaixo dele não fica ninguém. Ele encarna o cume da exclusão e discriminação. Até o texto bíblico não consegue escapar desse costume. A nossa suspeita é que quem escreve é alguém que

²² Cf. C. DREHER, A economia no livro de Joel, op. cit., pp. 61-62.

²³ Segundo Andiñach, os sacerdotes eram depositários *naturais* da presença do Espírito na comunidade. Sua ausência deve ser entendida como uma crítica ao seu papel, por outro lado, também recorrente em outros textos pós-exílicos como Zc 11,4-17 e Ml 1,6-14. A ausência dos sacerdotes pode indicar que Javé rompe com a opressão externa e também interna. Neste caso, os sacerdotes são indicados como agentes da opressão que o povo sofre.

²⁴ Cf. C. DREHER, A economia no livro de Joel, op. cit., p. 169.

está fora e longe de qualquer relação de estrutura e de poder, seja político, religioso ou militar.

O escritor é alguém que está levantando a situação de vida dos grupos fracos, discriminados e marginalizados numa sociedade estruturada a partir do princípio da escravidão, da exploração estabelecida política e socialmente e que garante um lugar para cada um que dificilmente será mudado, apesar dos esforços ou alternativas que possam vir a ser levantadas.

O que o texto está procurando firmar nas pessoas é que o que fica, para os setores atingidos pela política, é a possibilidade da esperança baseada na promessa do derramamento do Espírito. Aqui está, escatologicamente, a proposta consoladora do profeta Joel, que é capaz de levantar a bandeira da esperança em meio à desesperança e à desgraça, e apontar para o futuro, para o que vai acontecer. A promessa será cumprida, será realizada! Neste caso, o dia de Javé vem a ser a vitória de um projeto libertador para os fracos em oposição ao projeto dos invasores, ainda que estes sejam persas. É a luta dos habitantes do campo, da periferia pela sobrevivência

A partir desta análise, será que podemos afirmar que o texto faz parte da tradição de Sião, na medida que tenta restaurar Jerusalém como lugar de justiça e salvação, onde a presença de Javé será uma realidade no meio do povo e ele mesmo, Javé, será o seu rei, sem a necessidade do templo nem de toda a sua estrutura? Ao que parece, este texto se une à proposta de resgatar Sião como lugar de refúgio e de esperança para os pobres da terra.

É o início do fim. É o início do novo povo, o povo de Deus, que é formado por profetas visionários e sonhadores, que caminham para Jerusalém para se reunir no monte Sião. É o povo da nova ordem, do novo mundo, é o povo que acredita na ação do Espírito e participa do novo mundo, da nova ordem. Participa sem nenhum ato de contrição, arrependimento ou confissão, e mesmo assim recebe, graciosamente, o derramamento do Espírito.

O texto traz a leitura de um setor discriminado, embora não saibamos quem o constitui; mas sabemos que, de fato, o texto está trazendo a fala dos enfraquecidos, especialmente a dos escravos e escravas. Portanto, se são conhecedores das tradições anteriores, não fazem parte do grupo dirigente, política ou religiosamente; ao contrário, formam um grupo marginal, que conhece a vida urbana e também a rural. Mas também um grupo que conhece a literatura profética tradicional e já está incorporando a linguagem apocalíptica. É, de fato, um grupo que conhece a história e não quer deixar de fazer a sua parte. São os escravos e as escravas os que têm esperança.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALLMEN, J. J. von, *Vocabulário bíblico*. São Paulo, ASTE, 1972.
- ANDIÑACH, P., Joel: la justicia definitiva. Em *REVISTA DE INTERPRETACIÓN BÍBLICA LATINOAMERICANA*, 35, (2000) p. 152.
- Atlas bíblico*. Stella/Madrid, Verbo Divino/Paulinas, 1993.
- DREHER, C. A. La economía en el libro de Joel. Em *REVISTA DE INTERPRETACIÓN BÍBLICA LATINOAMERICANA*, 10 (1991) pp. 71-82.
- KILPP, N. – KIRST, N. – RAYMANN, A. – SCHWANTES, M. – ZIMMER, R., *Dicionário hebraico-português e aramaico-português*. São Leopoldo/Petrópolis, Sinodal/Vozes, 1988.
- LATOURELLE, R. – FISICHELLA, R. (Eds.), *Dicionário de teologia fundamental*. Petrópolis/Aparecida, Vozes/Santuário, 1994.
- REIMER, H., O dia de Javé em Amós. Em *ESTUDOS BÍBLICOS*, 65 (2000) pp. 26-34.
- SCHÖKEL, L. A. – SICRE DIAZ, J. L., *Profetas: Comentario*. Madrid, Cristiandad, 1987.
- SERVIÇOS de Animação Bíblica. *A comunidade renasce ao redor da palavra: Período Persa*. São Paulo, Paulinas, 2002.
- TÜNERMANN, R., *As reformas de Neemias*. São Leopoldo, Sinodal, 2000.
- VASCONCELLOS, P. L. – SILVA, V. da, *Caminhos da Bíblia: Uma história do povo de Deus*. São Paulo, Paulinas, 2003.
- VAUX, R. de, *Historia antigua de Israel*. Madrid, Cristiandad, 1975, 2 vols.
- VAUX, R. de, *Instituciones del Antiguo Testamento*. Barcelona, Herder, 1964.